

**GUSTAVO FERRAZ DE CAMPOS MONACO  
AMANDA CUNHA E MELLO SMITH MARTINS  
SOLANO DE CAMARGO**

ORGANIZAÇÃO

**LEI GERAL  
DE PROTEÇÃO  
DE DADOS**

**ENSAIOS E CONTROVÉRSIAS DA LEI 13.709/18**

ALAMIRO VELLUDO SALVADOR NETTO	FELIPE D. MARTARELLI FERNANDES	MARCOS C. MOHERDAUI BLASI
ALEXANDRE G. N. LIQUIDATO	FERNANDA DE GOUVÊA LEÃO	MARIA ROSA LOULA
ALEXANDRE J. CARNEIRO DA C. FILHO	FERNANDA NOIA DA COSTA LINO	MICHELLE ASATO JUNQUEIRA
ALOYSIO NUNES FERREIRA	FERNANDA M. FURTADO SURIANI	MONIKA DE BARROS PADILHA
AMANDA C. E MELLO SMITH MARTINS	FERNANDO DIAS M. DE ALMEIDA	NATHALIA LENZI CASTRO TOLEDO
ANA C. ALBUQUERQUE DE BARROS	FERNANDO MUNIZ SHECAIRA	PAULA MONTEIRO DANESE
ANA CAROLINA NOGUEIRA	FILIPE DA SILVA GOMES	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON
ANA CLAUDIA P. TOREZAN ANDRELUCCI	FRANCISCO DE MESQUITA LAUX	PAULO V. DE CARVALHO SOARES
ANALLUZA BOLIVAR DALIARI	FRANCISCO SECAF ALVES SILVEIRA	PEDRO A. SIMÕES DA CONCEIÇÃO
ANDRÉ CASTRO CARVALHO	GILBERTO BERCOVICI	RAFAEL BENTO TEDRUS
ANTONIO ALBERTO RONDINA CURY	GUSTAVO F. DE C. MONACO	RAFAEL DE OLIVEIRA COSTA
BERNARDO P. DE L. R. GUERRA	HOMERO BATISTA MATEUS SILVA	RAFAEL MAFEI RABELO QUEIROZ
CARLA DENISE THEODORO	JÉSSICA RAQUEL SPONCHIADO	RAQUEL BOTELHO SANTORO
CARLOS AUGUSTO LIGUORI FILHO	JONATHAS LIMA SOLER	RICARDO FREITAS SILVEIRA
CARMEN SILVIA LIMA DE ARRUDA	JOSÉ FERNANDO SIMÃO	RICARDO SPINDOLA
CARMEN TIBURCIO	JOSÉ MAURÍCIO CONTI	RITA PEIXOTO FERREIRA BLUM
CAROLINA STANGE MOULIN	JOSÉ ROBERTO NEVES AMORIM	ROBERTO RICOMINI PICCELLI
CHRISTIAN F. GOMES DA ROSA	JULIANA VASCONCELOS DE CASTRO	SHEILA C. NEDER CEREZETTI
CÍCERO DANTAS BISNETO	KIM MODOLO DIZ	SOLANO DE CAMARGO
CLÁUDIO JOSÉ FRANZOLIN	LARISSA C. DE ALMEIDA MIRANDA	THAÍS NASCIMENTO DANTAS
CRISLEINE B. YAMAJI	LAURO ISHIKAWA	THIAGO MAGALHÃES PIRES
DANIELA DE CARVALHO MÚCILO	LEONARDO NERI C. DE AZEVEDO	THIAGO MENDONÇA DE CASTRO
DAIANE MOURA DE AGUIAR	LEONARDO SIMÕES ACAPITO	VERA LÚCIA VIEGAS LIQUIDATO
ELOISA YANG	LIVIA CATTARUZZI GERASIMCZUK	VICTOR DOERING XAVIER DA SILVEIRA
ELZA A. PEREIRA CUNHA BOITEUX	LOUISE DE ARAUJO	VIVIAN DANIELE ROCHA GABRIEL
FÁBIO HENRIQUE FALCONE GARCIA	LUCAS CATIB DE LAURENTIIS	WAGNER WILSON DEIRÓ GUNDIM
FABIO RIVELLI	LUCIANO ANDERSON DE SOUZA	YUN KI LEE
FABRÍCIO DE CARVALHO SÉRAFINI	MARCELO JOSÉ M. BONIZZI	
FELIPE CESAR JOSÉ MATOS RÊBELO	MÁRCIO PUGLIESI	

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, verão de 2020  
quartierlatin@quartierlatin.art. br  
www.quartierlatin.art. br

**GUSTAVO FERRAZ DE CAMPOS MONACO; AMANDA CUNHA E  
MELLO SMITH MARTINS; SOLANO DE CAMARGO (ORGS.)**

*Lei Geral de Proteção de Dados:*

*Ensaio e controvérsias da Lei 13.709/18*

São Paulo: Quartier Latin, 2020

ISBN 978-65-5575-033-1

1. Direito Digital. 2. L.G.P.D. 3. Proteção de Dados. 4. Lei Geral de Proteção de  
Dados. 5. Privacidade. 6. Lei nº 13.709. I. Título

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial e diagramação*

Victor Guimarães

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815;

*Whatsapp:* +55 11 9 9431 1922

*Email:* quartierlatin@globo.com

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Apresentação .....	27
Sobre os Autores.....	29

## PRÓLOGO

### **Que a proteção aos dados não vire uma utopia, 45**

*Aloysio Nunes Ferreira*

## ENSAIOS

### **I. LGPD: *Vacatio*, Vigência e Mutilação, 55**

*Gustavo Ferraz de Campos Monaco*

*Solano de Camargo*

*Amanda Cunha e Mello Smith Martins*

Introdução .....	55
1. Histórico das mudanças de vigência da LGPD .....	55
2. <i>Vacatio legis</i> : a dupla vacância da LGPD .....	57
3. Mutilação: a anomalia de uma lei sem sanções .....	60
Referências .....	61
Legislação.....	61

### **II. Análise Comparativa entre o Art. 2º e o Art. 4º, III, da Lei 13.709/2018: A Relativização da Proteção às Liberdades Pessoais por Meio da Abstração de Conceitos Relativos à Ideia de Segurança, 63**

*Alamiro Velludo Salvador Netto*

*Jéssica Raquel Sponchiado*

Introdução .....	63
1. O Direito na condição de determinação da liberdade .....	64
2. A relação entre a sociedade de risco e o dilema entre liberdade e segurança .....	64

3. A relativização das liberdades pessoais e o perigo de desvirtuamento do papel estabelecido ao próprio ordenamento jurídico.....	67
Considerações finais .....	70
Referências .....	70

### **III. Operações de Tratamento de Dados e Consentimento na Lei Geral de Proteção de Dados: Hipóteses para uma Nova Teoria Jurídica, 73**

*Alexandre G. N. Liquidato*

Introdução .....	73
1. Diferenciação entre teorias e hipóteses .....	74
2. Operações jurídicas, econômicas e de tratamento de dados .....	75
3. O problema do consentimento .....	80
Conclusões .....	81
Referências .....	82

### **IV. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: possíveis reflexos nas investigações internas?, 85**

*Ana Carolina Albuquerque de Barros*

### **V. Proteção Integral na Rede e em Rede de Crianças e Adolescentes em Tempos de Dados Digitais: por uma Interpretação Construtiva e Princiológica do Art. 14 da LGPD, 91**

*Ana Claudia Pompeu Torezan Andreucci*

*Michelle Asato Junqueira*

1. O admirável mundo digital “não tão novo” para crianças e adolescentes.....	91
2. A começar pelos princípios: Art. 14 da LGPD e a proteção de dados de crianças e adolescentes .....	93
3. Considerações Finais: educação para a cibercultura.....	96
Referências .....	96

## **VI. Apontamentos sobre a Proteção de Dados na Telemedicina, 99**

*Analluza Bolívar Dallari*

1. Contextualizando a Telemedicina.....	99
2. Contextualizando a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) ..	101
3. Proteção de dados na telemedicina à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018, a “LGPD”) e a ética médica .....	103
Conclusão .....	106
Referências .....	107

## **VII. Aplicação da LGPD ao Setor Público: Aspectos Relevantes, 109**

*André Castro Carvalho*

*José Maurício Conti*

*Rita Peixoto Ferreira Blum*

Introdução .....	109
1. A privacidade na legislação brasileira antes da vigência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais .....	110
2. Da necessidade de uma Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais: seus objetivos, princípios, extensão, personagens e novos direitos .....	114
2.1. Diálogo da LGPD com a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011) .....	117
3. Princípio federativo e suas consequências para a atuação da ANPD na fiscalização do setor público .....	120
4. Aspectos da aplicação da LGPD em estatais .....	120
Referências .....	122

## **VIII. A Defesa em Juízo dos Interesses e Direitos dos Titulares de Dados, 125**

*Antonio Alberto Rondina Cury*

1. Abrangência do Artigo 22 da LGPD .....	125
2. Tutela coletiva .....	126
3. Formas de tutela .....	128
4. Instrumentos de tutela .....	129
Referências .....	132

## **IX. A Responsabilidade do Estado no Tratamento de Dados Pessoais por Órgãos Públicos, 135**

*Antonio Alberto Rondina Cury*

1. A relação entre a autoridade nacional e o Poder Público .....	135
2. Relatórios de impacto e manuais de boas práticas.....	137
3. Responsabilidade do Poder Público por danos causados no tratamento de dados .....	138
4. Responsabilidade da ANPD .....	141
Referências .....	142

## **X. Autoridade Nacional de Proteção de Dados – ANPD, 143**

*Bernardo Pereira de Lucena Rodrigues Guerra*

## **XI. Limitações ao Escopo de Aplicação da LGPD: Comentários ao Artigo 4º da LGPD, 151**

*Carlos Augusto Liguori Filho*

1. Introdução .....	151
2. Análise do Artigo 4º ponto-a-ponto.....	151
3. Considerações Finais .....	157
Referências .....	158

## **XII. A transparência na proteção de dados no Poder Judiciário, 159**

*Carmen Sílvia Lima de Arruda*

1. Introdução .....	159
2. Transparência no tratamento de dados pelo Poder Judiciário.....	160
3. Informação sobre tratamento dos dados no Poder Judiciário.....	162
4. Consentimento .....	164
5. Controlador dos dados pessoais no Judiciário .....	166
6. Anonimização dos dados pessoais e sensíveis.....	167
7. Conclusão.....	169
Referências .....	169
Legislação.....	169

## **XIII. A Aplicação da LGPD no Espaço: A Interpretação do Art. 3º da Lei nº 13.709/2018, 171**

*Carmen Tiburcio e Thiago Magalhães Pires*

1. Os dados e a territorialidade .....	171
2. O art. 3º da LGPD .....	173
2.1. Caput, inciso I e § 2º .....	173
2.2. Inciso II .....	175
2.3. Inciso III.....	176
3. Interpretação sistemática: os provedores e o Marco Civil da Internet.	177
Referências .....	178

## **XIV. Consentimento e Direito Subjetivo nos Regimes Jurídicos de Proteção de Dados: da Produção de valor à criação de significado em torno dos arts. 7º, caput e inciso I, e 8º, caput e §§ 3º e 4º da LGPD, 179**

*Carolina Stange Moulin*

*Ricardo Spindola*

## **XV. Da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD): uma Análise Jurídica e Institucional, 189**

*Christian Fernandes Gomes da Rosa*

## **XVI. A Proteção de Dados Pessoais no Contexto do Mercado Financeiro, 199**

*Crisleine B. Yamaji*

Notas introdutórias.....	199
1. Conceituação da intimidade, privacidade, sigilo e proteção de dados .....	200
2. Tutela jurídica do sigilo no mercado financeiro combinada com a proteção de dados .....	203
Considerações finais .....	206
Referências .....	206

## **XVII. Acerca da Transferência Internacional de Dados: Reflexões a Partir do Direito Internacional, 207**

*Daiane Moura de Aguiar*

Introdução .....	207
Reflexões acerca dos artigos trinta e três a trinta e seis da Lei Geral de Proteção de Dados .....	207
Conclusão.....	213
Referências .....	213

## **XVIII. A Intransmissibilidade *Causa Mortis* dos Dados Pessoais: a Vontade Presumida do Titular, 215**

*Daniela de Carvalho Mucilo*

Notas introdutórias.....	215
1. A tutela de proteção da LGPD.....	216
2. A LGPD e o impacto nas relações familiares.....	218
3. Conteúdo digital e sua transferência <i>post mortem</i> .....	219

4. Transferência de dados existenciais do falecido e sua vontade presumida.....	222
Conclusão.....	227
Referências .....	228

**XIX. O direito ao esquecimento:  
uma lacuna na LGPD, 231**

*Elza Antonia Pereira Cunha Boiteux*

1. Introdução .....	231
2. Memória: recordar e esquecer .....	236
3. O esquecimento como lacuna .....	238
Conclusão .....	239
Referências .....	239

**XX. Proteção de Dados Pessoais: Importância  
do Tema e Desafios da Regulação, 241**

*Fábio Henrique Falcone Garcia*

*Roberto Ricomini Piccelli*

*Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho*

1. Proteção de dados: importância do tema e seu contexto .....	241
2. Principais desafios na regulação estatal sobre tratamento de dados.....	244
3. Autoridade Central – o modelo legal.....	248
Referências .....	249

**XXI. Um Conceito para Salvaguardar a  
Privacidade e Proteção dos Dados, 251**

*Fabio Rivelli*

Introdução .....	251
1. Compromisso com o PbD .....	252
2. Privacidade na Raíz.....	253

3. Ciclo de Vida .....	254
4. Papel Ativo dos Titulares dos Dados .....	255
Referências .....	256

## **XXII. Breves Anotações sobre os Incisos I, II e II, do Artigo 6º, Da LGPD, 257**

*Fabricio de Carvalho Serafini*

1. Introdução .....	257
2. Conteúdo do direito positivo a ser analisado .....	258
3. Comparação/paralelismo dos citados princípios com os requisitos/elementos dos atos administrativos, mormente os da finalidade e do motivo .....	258
3.1. Dos fatos jurídicos, dos atos jurídicos, dos negócios jurídicos e dos atos jurídicos administrativos .....	258
3.1.1. Do princípio da finalidade, veiculado no inciso I, do artigo 6º, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD .....	260
3.1.2. Dos princípios da adequação e da necessidade veiculados respectivamente, nos incisos II e III, do artigo 6º, da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais LGPD .....	262
Conclusão .....	263
Referências .....	263

## **XXIII. Breves Anotações sobre o a Relação entre o Inciso I do Artigo 7º juntamente com o Artigo 8º, com os Demais Incisos do Próprio Artigo 7º e, em Especial, com o Artigo 11, todos da LGPD, 265**

*Fabricio de Carvalho Serafini*

1. Introdução .....	265
2. Conteúdos do direito positivo a serem analisados .....	266
3. Contradições entre o disposto no inciso I do Artigo 7º, cumulado com o Artigo 8º, com os demais incisos do próprio artigo 7º e, e, especial, com o Artigo 11, todos da Lei nº 13.709/2018 (LGPD) ...	268

Conclusão .....	271
Referências .....	272

## **XXIV. Impactos da Lei Geral de Proteção de dados (Lei nº 13.709/18) no ambiente corporativo, 273**

*Felipe Cesar José Matos Rébello*

*Rafael de Oliveira Costa*

Introdução .....	273
1. Big Data .....	276
2. Tratamento de dados corporativos pelas empresas (Crimes cibernéticos) .....	278
3. Da segurança e boas práticas de governança (Compliance Digital) ....	280
Conclusão .....	283
Referências .....	284

## **XXV. A Lei Geral de Proteção de Dados como Meio de Concretização dos Direitos Fundamentais e os Direitos Da Personalidade, 287**

*Felipe D. Martarelli Fernandes*

*Lauro Ishikawa*

Introdução .....	287
1. A Lei Geral de Proteção de Dados como acompanhamento das dimensões dos direitos fundamentais .....	287
2. A Lei Geral de Proteção de Dados e a tentativa da efetivação dos direitos da personalidade .....	291
Conclusão .....	292
Referências .....	293

**XXVI. Comentários sobre os Artigos 7º a  
10º da Lei Geral de Proteção de Dados  
Pessoais (Lei N. 13.709, de 14.08. 2018), 295**

*Fernanda de Gouvêa Leão*

*Ana Carolina Nogueira*

Introdução .....	295
1. Artigo 7º: as bases legais de tratamento .....	297
2. Artigo 8º: o consentimento .....	304
3. Artigo 9º: acesso às informações .....	305
4. Artigo 10º: o legítimo interesse.....	307
Referências .....	314
Livros, artigos, teses e periódicos .....	314
Cartilhas, opiniões técnicas e estatísticas .....	314
Leis e regulamentos .....	314

**XXVII. Direito à revisão e direito à explicação  
das decisões automatizadas na LGPD, 317**

*Fernanda Mattar Furtado Suriani*

**XXVIII. Do Uso Compartilhado de  
Dados Pessoais pelo Poder Público, 327**

*Fernando Dias Menezes de Almeida*

*Fernanda Noia da Costa Lino*

**XXIX. Da Informação à Autoridade Nacional e do  
Consentimento do Titular no Uso Compartilhado de  
Dados pela Pessoa Jurídica de Direito Público, 335**

*Fernando Dias Menezes de Almeida*

*Fernanda Noia da Costa Lino*

### **XXX. A Quem Interessa a Tutela Coletiva na Proteção de Dados Pessoais?, 339**

*Fernando Muniz Shecaira*

Introdução .....	339
1. Direito individual ou direito coletivo?.....	339
2. Acesso à Justiça para quem?.....	342
Conclusão .....	345
Referências .....	345

### **XXXI. Proteção de Dados e Atuação Estatal Finalística: Breve Análise dos Artigos 23 a 26 da Lei 13.709/2018, 347**

*Filipe da Silva Gomes*

1. Introdução .....	347
2. Atuação estatal, situações jurídicas objetivas e proteção de dados .....	348
3. Conclusão .....	352
Referências .....	353

### **XXXII. A Inversão do Ônus da Prova nas Disputas que Envolvem a Lei Geral de Proteção de Dados Brasileira, 355**

*Francisco de Mesquita Laux*

Introdução .....	355
1. A definição de prova em direito processual.....	356
2. O ônus da prova.....	357
3. A inversão de ônus prescrita pela LGPD.....	357
4. A inversão da LGPD trata de ônus imperfeito .....	358
5. O momento de inversão do ônus da prova.....	359
6. As hipóteses de inversão: cumulação de requisitos? .....	359
Referências .....	362

**XXXIII. Os impactos da Lei Geral de Proteção de Dados no âmbito tributário: entre o sigilo e a transparência fiscal, 363**

*Francisco Secaf Alves Silveira*

**XXXIV. A Proteção de Dados Pessoais e o Direito Econômico: Uma Aproximação, 373**

*Gilberto Bercovici*

1. Revolução Tecnológica e Economia da Informação: Da Computadorização ao <i>Big Data</i> .....	373
2. A Proteção aos dados pessoais como parâmetro da economia informacional .....	377
3. Proteção de Dados Pessoais: Referências Internacionais.....	379
4. A Proteção de Dados no Brasil na LGDP (Lei nº 13.709, de 14 de Agosto de 2018) .....	381
Referências .....	388
Livros e Artigos.....	388
Documentos .....	389

**XXXV. Impactos da LGPD na Saúde e Segurança do Trabalho, 391**

*Homero Batista Mateus da Silva*

*Thiago Mendonça de Castro*

*Carla Denise Theodoro*

1. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD e o Direito do Trabalho .....	391
2. Consequências em decorrência do vazamento de informações pessoais e sensíveis pelo empregador .....	393
3. A responsabilidade do empregador na coleta de informações pessoais.....	396
4. Limitações para aplicação da LGPD no contrato de trabalho .....	397
Conclusão.....	398
Referências .....	398

**XXXVI. Responsabilidade Civil – Uma Leitura  
Crítica dos Artigos 42 a 45 da LGPD, 399**

*José Fernando Simão*

*Cícero Dantas Bisneto*

**XXXVII. Breves Comentários sobre as Influências  
da Lei de Proteção de Dados sobre o E-Commerce, 407**

*Juliana Vasconcelos de Castro*

**XXXVIII. Breve reflexões sobre  
Governança na LGPD, 413**

*Kim Modolo Diz*

*Jonathas Lima Soler*

**XXXIX. Comentários ao Artigo 42 da Lei  
Geral de Proteção de Dados (LGPD), 419**

*Larissa Carbonari de Almeida Miranda*

**XL. O Legítimo Interesse na Lei  
Geral de Proteção de Dados, 427**

*Leonardo Neri Candido de Azevedo*

Introdução .....	427
O Legítimo Interesse como a base legal mais flexível para o tratamento de dados pessoais.....	428
Conclusão.....	434
Referências .....	435

## **XLI. Programas de Segurança e a Responsabilidade dos *Gatekeepers*, 437**

*Leonardo Simões Agapito*

1. A figura do controlador e do operador na LGPD.....	437
2. A figura do <i>gatekeeper</i> e seus desafios .....	440
3. Pontos de atenção .....	442
Referências .....	444

## **XLII. Transferência Internacional de Dados Pessoais: estudo comparado entre a GDPR e LGPD, 445**

*Louise de Araujo*

*Paula Monteiro Danese*

Introdução .....	445
1. Histórico das regulamentações sobre transferência internacional de dados.....	446
2. Por que regulamentar a transferência internacional de dados? .....	449
3. A transferência internacional de dados na LGPD e GDPR.....	450
Conclusão.....	455
Referências .....	455

## **XLIII. Considerações Críticas à Fundamentação da Proteção de Dados no Brasil, 457**

*Lucas Catib de Laurentiis*

*Rafael Bento Tedrus*

*Cláudio José Franzolin*

Introdução .....	457
Fundamentação ou confusão? .....	458
Referências .....	464

**XLIV. Proteção de Dados e Direito Penal, 467***Luciano Anderson de Souza**Eloisa Yang*

Introdução .....	467
1. Intimidade e Direito Penal .....	468
2. Aspectos atinentes à tipicidade e elementos normativos do tipo: delitos que podem ser impactados pela LGPD .....	470
2.1. Definições .....	472
2.2. Dos tipos penais.....	474
2.2.1. Código Penal .....	474
2.2.2. Código de Defesa do Consumidor .....	476
3. Responsabilização por omissão e dever de garantidor na LGPD.....	477
Síntese conclusiva .....	480
Bibliografia .....	482

**XLV. O Regime de Responsabilidade na LGPD  
e o Ônus de Provar a Adequação às Normas  
de Dados: Comentário ao art. 6º da LGPD, 483**

*Marcelo José Magalhães Bonizzi**Pedro Augusto Simões da Conceição*

1. Elementos da responsabilização e da prestação de contas.....	484
2. O Dever de Gerar Prova do Cumprimento das Obrigações da LGPD .....	485
3. O Regime de Responsabilidade <i>Sui Generis</i> da LGPD .....	488
Referências .....	489

**XLVI. A Indeterminação Semântica do Conceito  
de Dados Pessoais cujo Acesso é Público/ Tornados Públicos na  
Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Brasileira, 491**

*Márcio Pugliesi**Wagner Wilson Deiró Gundim*

À guisa de introdução: Sociedade de Controle e impactos na privacidade.....	491
--	-----

O tratamento da LGPD sobre o conceito de dados pessoais cujo acesso é público ou tornados públicos: ausência de delimitação teórico/normativa .....	493
Considerações finais .....	497
Referências .....	497

**XLVII. Anotações sobre Transferência Internacional de Dados e Cooperação Jurídica Internacional na Lei Geral de Proteção de Dados, 499**

*Maria Rosa Loula*

*Nathalia Lenzi Castro Toledo*

1. Regulação da transferência internacional de dados na Lei Geral de Proteção de Dados .....	499
2. Mecanismos brasileiros de cooperação jurídica internacional para a transferência internacional de dados pessoais.....	500
3. A transferência internacional de dados na LGPD e o regramento territorial clássico.....	502
4. Desafios ao paradigma territorial e o CLOUD Act.....	503
5. A Constituição e a proteção da territorialidade da decisão judicial de transferência de dados pessoais.....	505
Referências .....	506

**XLVIII. Breve Reflexão Acerca da LGPD: o que a população deve saber, após, quase dois anos de *vacatio legis* da Lei Geral de Proteção de Dados, 509**

*Monika de Barros Padilha*

**XLIX. Responsabilidade Civil e Prova Pericial na Lei n. 13.709/2018, 517**

*Paulo Henrique dos Santos Lucon*

Introdução .....	517
------------------	-----

1. Responsabilidade civil na Lei n. 13.709/2018.....	518
2. A importância da prova no contexto da LGPD .....	521
3. Encerramento .....	523
Referências .....	524

## **L. Dos Agentes de Tratamento e as Obrigações do Artigo 9º da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, 525**

*Paulo Vinícius de Carvalho Soares*

*José Roberto Neves Amorim*

1. Do Dever de Transparência .....	525
2. Direito ao Acesso Facilitado pelo Titular dos Dados Pessoais .....	526
3. Indicação da Finalidade, Forma e Duração do Tratamento .....	526
4. Da Preservação dos Segredos de Negócio.....	527
5. Indicação e Informações do Controlador.....	528
6. Informações acerca do uso compartilhado de dados pelo controlador e finalidade .....	528
7. Responsabilidades dos Agentes de Tratamento de Dados.....	529
8. Direitos dos Titulares de Dados .....	530
9. Do Consentimento do Titular dos Dados .....	530
Considerações Finais .....	531
Referências .....	532

## **LI. Anonimização e Dados Anonimizados na Lei Geral de Proteção de Dados, 533**

*Rafael Mafei Rabelo Queiroz*

1. Dado anonimizado: conceito .....	533
2. Técnicas de anonimização .....	533
2.1. Randomização .....	535
2.2. Generalização .....	535
3. Anonimização e pseudonimização.....	536
4. Consequências jurídicas da anonimização.....	536

4.1 “Esforços razoáveis” .....	536
4.2 Perfilamento e impacto.....	538
5. Autoridade Nacional e Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais .....	538
Referências .....	539

**LII. A Insuficiente Proteção Conferida pela LGPD aos Dados Privados Obtidos para Fins de Atividades de Investigação e Repressão de Infrações Penais, ou Provenientes de Fora do Território Nacional: Anotações ao Artigo 4º, Inciso III, Alínea “D”; ao Artigo 4º, Inciso IV; e aos §§ 1º a 4º do Artigo 4º da Lei Geral de Proteção de Dados, 541**

*Raquel Botelho Santoro*

**LIII. As Decisões Automatizadas e a Proteção dos Dados Pessoais: Anotações sobre o Art. 20º da Lgpd, 551**

*Ricardo Freitas Silveira*

Introdução .....	551
1. Conceitos e exemplos importantes.....	552
2. Direito à Revisão das Decisões Automatizadas.....	553
3. Direito à Explicação na LGPD .....	554
4. Outras Legislações brasileiras e decisões judiciais.....	556
Referências .....	558

**LIV. Regras de Boas Práticas e de Governança: Vetores para a Construção de uma Efetiva Cultura de Proteção de Dados no Brasil, 559**

*Sheila C. Neder Cerezetti*

*Marcos Chucralla Moherdauí Blasi*

1. Regras de Boas Práticas e de Governança.....	559
---	-----

1.1. Contextualização, princípio informador e antecedentes .....	559
1.2. Conteúdo essencial: procedimentos e mecanismos de supervisão/ mitigação de riscos.....	561
2. Programa de Governança em Privacidade .....	563
2.1. Princípios informadores e conteúdo essencial .....	563
2.2. Prova de efetividade .....	564
2.3. Papel da autoridade nacional de proteção de dados .....	565
Apontamentos de caráter conclusivo .....	566
Referências .....	568

**LV. Proteção de Dados Pessoais de  
Crianças e Adolescentes e Impactos na  
Micro-Segmentação Publicitária, 569**

*Thais Nascimento Dantas*

*Livia Cattaruzzi Gerasimczuk*

Introdução.....	569
1. Um ponto de partida: o panorama normativo sobre os direitos de crianças e adolescentes.....	570
2. Análise crítica sobre o artigo 14 da LGPD e seus principais pontos de atenção .....	571
2.1 Um pressuposto comum para o tratamento de dados pessoais: o melhor interesse de crianças e adolescentes .....	571
2.2. A necessidade de consentimento parental verificado e suas excepcionalidades .....	572
2.3 A transparência e a acessibilidade na informação sobre coleta e tratamento de dados pessoais.....	573
2.4 A impossibilidade de condicionar a participação infantil à cessão de dados pessoais .....	573
3. A vedação ao tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes para perfilamento e direcionamento de publicidade à luz da LGPD.....	574
3.1. Impactos da LGPD na vedação à exploração comercial comunicação mercadológica dirigidas a crianças e adolescentes .....	574

3.2. Um caso emblemático de coleta ilegal de dados de crianças para fins publicitários: lições para o Brasil .....	575
Conclusões .....	577
Referências .....	578

**LVI. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)  
e Lugar Onde se Encontra a Pessoa Natural: Aspectos  
Relevantes do Direito Internacional Privado Brasileiro –  
Comentário Geral ao Artigo 3º, Inciso II, 581**

*Vera Lúcia Viegas Liquidato*

1. Premissa deste trabalho.....	581
2. Objetivos.....	582
3. Evolução histórica do “estatuto pessoal” no direito internacional privado brasileiro .....	582
3.1. Primeiro efeito do elemento de conexão domicílio no escopo da LGPD .....	583
4. Aplicação do direito mais benéfico ao titular dos dados.....	584
4.1. Brasileiro que fornece seus dados no exterior.....	585
Considerações finais .....	588
Referências .....	589

**LVII. Antes e Depois: as Inovações da Lei Geral de  
Proteção de Dados Pessoais no Regime Jurídico  
do Tratamento de Dados para Execução de  
Políticas Públicas, 593**

*Victor Doering Xavier da Silveira*

1. Pré-história: regulação do acesso a dados pessoais sob guarda de órgãos públicos antes da LGPD .....	595
2. Inovações: a LGPD e os princípios do tratamento de dados para execução de políticas públicas .....	597
Referências .....	599

## **LVIII. A Regulação da Transferência Internacional de Dados Pessoais na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), 601**

*Vivian Daniele Rocha Gabriel*

Introdução .....	601
1. Transferência Internacional de Dados Pessoais: Hipóteses de Admissibilidade .....	602
2. Outras Hipóteses Permissivas da Transferência Internacional de Dados Pessoais.....	606
Conclusão.....	608
Referências .....	609

## **LIX. Sanções Administrativas da LGPD, 611**

*Yun Ki Lee*

Introdução .....	611
1. Matrizes, tipos e vetores das sanções administrativas.....	612
2. Perfil de atuação da ANPD na aplicação das sanções administrativas.....	615
Conclusão.....	620
Referências .....	621